

finalmente, está no plenário da Câmara Municipal de Vitória, 17 mar. 1982. 1. cao

AJ23032

X PDU, finalmente, está no plenário da Câmara

Protocolado sob o nº 890/81, o projeto de lei 46/81, que cria o Plano Diretor Urbano de Vitória, finalmente deu entrada na pauta da Câmara Municipal de Vitória. O avulso foi lido ontem e, hoje, ele está na ordem do dia para votação. E, possivelmente, poderá tramitar em regime de urgência, caso a edilidade acate o requerimento apresentado momentos depois pelo vereador Antônio Pelaes que pediu, após audiência do plenário, que "a mensagem oriunda do Executivo, que dispõe sobre o Plano Diretor Urbano (PDU), seja votada em regime de urgência".

O vereador peemedebista baseou-se nas atribuições contidas no art. 149, inciso III, da Resolução nº 1083, de 15-7-75, do Regimento Interno, para a solicitação. De todo modo, tudo indica que, a partir de hoje, o projeto passará a ser encarado seriamente e não como uma simples "maçaroca", do Executivo, destinada a especulações legais que vêm impedindo a sua aprovação — ou até mesmo rejeição — desde maio do ano passado. Ontem, o vereador Ademir Antunes, presidente da Comissão de Justiça, procurou esclarecer a sua posição sobre o andamento do projeto.

PROMETIDO

Segundo ele, em momento algum deixou de cumprir o prometido na semana passada, ao garantir que o projeto entraria em votação na semana seguinte. Explicou que o projeto fora entregue ao vereador Elcio Teixeira não para "vistas", mas para que ele apenas fizesse o reparo ao artigo referente à Cota 50, que o vereador José Maria Ramos Gagno pretendia retirar e que os vereadores, bem como os técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves, encarregados da elaboração do PDU, e os próprios representantes da comunidade, entendem que deve permanecer.

No projeto original, o PDU previa a proibição de construções — além das existentes — acima da cota de 50 metros do nível do mar, devido às dificuldades de urbanização, saneamento e até mesmo de instalação de redes de energia elétrica e de abastecimento de

água. Destacava, no entanto, que seria necessária a urbanização dos locais já habitados; o que já vem sendo feito pela Secretaria de Obras, que iniciou um trabalho de construção e reparos nas escadarias dos morros da cidade.

FINALMENTE

Assim, a partir de hoje, o PDU entra em fase de discussão já na ordem do dia da reunião de logo mais, quando os vereadores de ambos os partidos iniciarão a sua análise. Paralelamente a isso, o presidente da Câmara, Carlos Alberto Viana Freire, pretende, durante as manhãs, reunir representantes dos bairros da cidade para uma discussão em torno do PDU e das necessidades dos bairros mais carentes. Algumas das possíveis emendas, que serão aditadas ao projeto, poderão partir dessas discussões. Um dos pontos mais questionáveis do Plano Diretor refere-se ao Conselho Municipal.

Os vereadores — pelo menos os componentes da Comissão de Justiça — não concordam com a existência de um conselho, composto de 17 membros e destinado a traçar as normas complementares do PDU, bem como fiscalizar a sua aplicação no direcionamento e ordenamento do crescimento da cidade. Entendem que as alterações ao projeto — caso seja aprovado — devam ser feitas pela Câmara, considerando o Conselho apenas como mais um fator a exaurir polpudas verbas dos cofres municipais.

Mas os representantes das comunidades de bairro, no entanto, não pensam assim. Reunidos — sempre na última terça-feira de cada mês — junto com o Movimento pelo Saneamento de Vitória, da Comissão de Justiça e Paz, eles chegaram à conclusão de que o Conselho Municipal é um dos aspectos importantes do PDU. E, além de concordarem com a existência dos 17 membros, sugeriram que fosse acrescentado ao Conselho um representante de cada bairro, dando assim oportunidade da população — principalmente das regiões mais carentes da cidade — ter uma participação efetiva na solução de seus problemas.